

Pessoa e Sociedade

Congresso – Braga, 16 a 18 de Novembro de 2005

A relação entre pessoa e sociedade: um olhar a partir do tempo

Emília Rodrigues Araújo¹



Resumo:

Nesta exposição, partindo do enquadramento da Sociologia do tempo, vou privilegiar a relação entre tempo, sociedade e pessoa argumentando que a desconstrução dos usos do tempo permite analisar, por um lado, o poder de constrangimento exercido pela sociedade sobre o indivíduo, reduzindo-lhe a capacidade de assumir no espaço público a sua liberdade e, por outro, as estratégias de resistência do indivíduo face à sociedade, no sentido de, precisamente, resguardar o eu da potencial diluição na sociedade. O texto foi composto baseando-me em várias fontes de informação. A primeira destas é a pesquisa que realizei sobre os usos do tempo dos docentes universitários em dispensa de serviço docente e que parte de informação obtida através de entrevistas a 38 docentes do ensino universitário seleccionados com base no procedimento da amostragem teórica.

Abstract:

This presentation is based on Time Sociology framework. It speaks about the relation between time, society and person arguing that the better we know how individuals use and conceive time, the better we understand how far society and its norms is conditioning individuals lives reformulating also the inner concept of person as an actor capable of reacting towards society and avoiding a complete dissolution of “Me” into society. This exposition is written using empirical information obtained by interviews which were made to 38 university teachers who were doing their PhD work between 2001 and 2003. The interviewees were selected according to theoretical sample procedure.

Introdução

Este congresso regressa ao questionamento de uma relação que, na história da teoria social, constitui um dilema “cardeal”, para utilizar as palavras de Norbert Elias

¹ Docente no departamento de Sociologia da Universidade do Minho. Tem trabalhado na área da sociologia do tempo, desde 1999. Este texto contém investigação realizada no âmbito do projecto apoiado pela FCT, através do programa POCTI/SOC/ 99 - nº 333677, no qual se inseriu a tese de doutoramento da autora. Contacto para correspondência: era@ics.uminho.pt

(1991). A designação “pessoa” remete, inegavelmente, para a problemática da identidade levando-nos, no limite, à procura da essência e da diferença do ser humano social capaz de representação e de plasticidade, ao interagir com o mundo que o rodeia. Em traços gerais, e agora remetendo-me à Sociologia, pode considerar-se a pessoa como o último reduto do privado, da individualidade, da diferença, sendo também o último refúgio da autonomia e da Liberdade, em sentido pleno. A Sociedade, por seu turno, é remetida ao poder, ao domínio, ao controlo e à normalização. Ela representa o peso de todos os outros e sinaliza, no limite, a supremacia sobre o indivíduo, podendo aniquilar-lhe a autonomia, reduzir-lhe a liberdade e fazer de si um agente, cujas opções são condicionadas pelos grupos, instituições e normas.

Esta relação entre indivíduo-pessoa² e sociedade esteve ao longo da história da Sociologia em grande oposição, desde de que, justamente, se conceba que o indivíduo está constrangido pela sociedade reagindo perante o controlo exercido por esta. As mais recentes conceptualizações sobre a identidade, sua construção e actualização, analisando a realidade social a partir do paradigma da complexidade, unem esta oposição. Considera-se que a identidade e, portanto, a possibilidade da realização da pessoa, é o resultado de relações complexas definidas entre o indivíduo e a sociedade. Revitalizando-se bastante o quadro de Georg Herbert Mead (1934), a pessoa, mesmo admitida como ser de várias identidades (porque muda conforme os papéis sociais num tempo sincrónico e porque se altera conforme o tempo biográfico e o histórico), garante a reunião do intrinsecamente social e do intimamente individual.

Acontece que no plano da prática, há vários entendimentos para a identidade e, não obstante os esforços verificados no pós-anos setenta do século XX, no sentido de reunir os dois pólos que entraram ruptura a partir do século XI - a saber, o corpo e o espírito, o subjectivo e o objectivo, através da realização da diferença individual no espaço público despoletada por vários movimentos sociais - a identidade pessoal passa hoje por uma espécie de crise de legitimidade “a partir de dentro de si”. Apesar de o corpo e todos os seus sinais, assim como o relacionamento com outros, a profissão, a história individual e social e a “consciência” individual ancorarem na representação de pessoa como identidade única, a identidade reconhecida pelos outros é baseada numa plástica de

² Como é recorrente afirma-se, a definição de pessoa está, em sociologia, próxima da definição de actor, considerando-se que os participantes sociais representam papéis determinados socialmente sendo, ao mesmo tempo, capazes de mudá-los e adaptá-los. Preferido aos conceitos de indivíduo, sujeito ou agente, o conceito de actor comporta a dimensão da acção e a do condicionamento.

pareceres pela qual nem o corpo, nem a rede de sociabilidades, nem a profissão, nem a história individual memorizada e actualizada podem, de facto, contar plenamente.

Além de todos estes indicadores se oferecerem como sinais passíveis de manipulação, também a identidade é assumida, mais directamente, com uma questão de exterioridade registada em cartões, números de conta, números de bilhete de identidade, memórias digitais, *palavras-chave*, entre outros. Trata-se de uma exterioridade-identidade que corresponde à pessoa, mas está desligada dela, de tal forma que, facilmente, se arrisca a ser “assaltada”, “trocada”. Sendo esta a identidade que interessa do ponto de vista da governamentalmente, da vigilância, cada vez mais crescente por parte das sociedades, aniquila-se aquilo que poderia ser a visão mais radical da sociedade, isto é, um conjunto de pessoas. Isto, sublinhando-se a importância do ser individual, das suas motivações, da sua história, das suas memórias e trajectórias. No fundo, daquilo que lhe permite ser pessoa através da relação com outros no e com o mundo. Ora, a identidade, assumida como algo e, até certo ponto, válido e passível de uso por parte de outros, é uma identidade, por paradoxal que pareça, desligada do projecto ser pessoa: desde que se reúna o *kit* básico de aspectos identificatórios, podemos ser quem quisermos, mesmo que imitemos e/ou tiremos a identidade aos outros.

A tecnologia e a *Internet*, por exemplo, permitem multiplicar estas possibilidades de um Eu fragmentado porque eliminam a necessidade do confronto individual, do reconhecimento pessoal, reduzindo a acção de controlo. Todavia, a mesma tecnologia também permitirá potenciar a realização da pessoa, ultrapassando o poder de os objectos identificativos atribuírem identidade. Ao contrário das sociedades menos marcadas pelo uso de tecnologia e outros meios de comunicação, que permitem subsumir o espaço e reduzir drasticamente o tempo, as colectividades modernas favorecem a possibilidade de os indivíduos se assumirem a si próprios perante os outros, não mostrando todos os seus sinais corporais identificatórios. É assim no mundo das comunicações electrónicas em que a escrita, arcando com um papel preponderante, permite ao indivíduo revelar muito mais de si e mais livremente. É assim no mundo das comunidades *on-line*. De todo o modo, será uma possibilidade de realização pessoal mutilada porque o espaço que aí se julga público acaba por ser um espaço vivido em privado sendo, de igual modo, um espaço utópico onde todos podem não ser o que aparentam ser. Esta relação entre pessoa, tempo, espaço e tecnologia leva-nos a uma vasta teorização sobre os processos de interacção nas sociedades modernas, sobretudo por via da confusão entre o

real e o virtual, entre a realidade e a ilusão, assim como sobre o papel da tecnologia na efectiva transformação dos modos de conhecer o mundo pelo qual a pessoa se define, não só a partir da extensão que a tecnologia representa para si mas também na sua capacidade de apreender e de usar aquela.

Nesta exposição vou privilegiar a relação entre tempo, sociedade e pessoa argumentando que a desconstrução dos usos do tempo permite analisar, por um lado, o poder de constrangimento exercido pela sociedade sobre o indivíduo, reduzindo-lhe a capacidade de assumir no espaço público a sua liberdade e, por outro, as estratégias de resistência do indivíduo face à sociedade, no sentido de, precisamente, resguardar o eu da potencial diluição na sociedade.

Esta exposição organiza-se, assim, em três pontos principais: primeiro, mostro quais são os principais pontos de cruzamento entre tempo e pessoa. Em segundo lugar, proponho uma teorização dos usos e das representações do tempo que evidencia a necessidade de utilizar o conceito de *estilo*. Em terceiro lugar, dou conta de algumas das principais conclusões a que cheguei através de uma pesquisa sobre usos do tempo por parte dos docentes do ensino universitário, focando dois pontos em particular: primeiro, a forma como os usos do tempo por parte dos docentes universitários podem ser agrupados em estilos e segundo, a forma como os discursos sobre os usos do tempo veiculados pelos mesmos docentes revelam estratégias de distinção identitária face aos funcionários não docentes, sobretudo daqueles cujas funções emanam normas que afectam e constroem o tempo dos docentes.

Este texto foi composto baseando-me em várias fontes de informação. A principal destas é a pesquisa que realizei sobre os usos do tempo dos docentes universitários em dispensa de serviço docente. Parte de informação obtida através de entrevista a 38 docentes do ensino universitário seleccionados com base no procedimento da amostragem teórica.

1. Tempo, pessoa e sociedade: focos de relação

A sociedade ocidental possui uma representação de tempo de tipo linear e a forma como hoje pensamos, ocupamos e prevemos os nossos comportamentos e as nossas acções no tempo continuam muito dependentes do processo “civilizacional” (Elias, 1995) pelo qual o Homem se desligou das marcações temporais de tipo natural e

construiu outro tipo de referências adaptadas e justificadas no contexto da racionalização económica que se acentua a partir dos inícios do século XVIII. A linguagem de que dispomos, as imagens e as representações que temos de tempo estão altamente correlacionados com o domínio social do tempo económico passível de decompor, quantificar e medir. Não obstante esta chamada de atenção, extremamente importante no contexto da análise e da compreensão do tempo do(s) outros e no que a esta investigação diz respeito, é pertinente observar que a maior parte das nossas condutas são condicionadas pelo “habitus” disciplinante, cuja principal característica é fazer-nos acreditar que o tempo é um espaço, passível de ocupação e de previsão. Os princípios e as normas reguladoras desses usos “especializados” do tempo, que são elementos integrantes da sociedade disciplinada, definem “centros” e “margens” e antecipam sanções, não propriamente só materiais, mas também “morais”, entre as quais está a auto-culpabilização, verificada sempre que o tempo se considera ter sido “mal” administrado.

Como refere Grossin (1974), a nossa relação com o tempo e o grau de culpabilização associado são moldados pela influência de factores tais como a idade, o género e o tipo de actividade profissional desenvolvida. Por conseguinte, também a classe social, assim como o estado dos valores e ambiência social poderão influir na forma como usamos o tempo e sobre este reflectimos. É certo que hoje assistimos a uma progressiva valorização do tempo livre e do tempo lazer e, em muitos casos, estes tomam a dianteira na orientação da vida dos indivíduos face ao tempo de trabalho. Existem, assim, padrões reguladores dos usos do tempo que determinam quando “devem” acontecer certas actividades e quando é a “altura” de desenvolver outras. Mais do que servirem para regular as acções que desenvolvemos diariamente, esses padrões ajudam a situar-nos psicologicamente e são, por isso, vectores estruturantes da personalidade e da identidade. Nesse sentido, mais do que saber como efectivamente usamos o tempo, e qual é o tipo de durações adstritas a cada acção, é importante saber como nos sentimos perante essas regras, e até que ponto as seguimos, de facto. Para nos debruçarmos mais estritamente sobre o cruzamento entre tempo pessoa e sociedade, é necessário distinguir vários níveis cada um dos quais contemplando a definição de rotinas relativas aos seus usos e o diagnóstico sobre o modo como os indivíduos se auto-avaliam no seu desempenho. Podemos eleger cinco tipos principais de ligação entre pessoa e sociedade nos quais o tempo aparece como eixo organizador fundamental: tempo-memória; tempo-programa; tempo par si; tempo natural e tempo institucional.

Pessoa é tempo memorizado

A primeira grande relação entre pessoa e tempo é feita através do tempo biográfico e da memória a este associada. Sabemos que somos únicos não só porque temos um corpo próprio e uma fisionomia específica mas porque a esse corpo corresponde um tempo vivido e memorizado, registado e inscrito durante o qual nos fomos fazendo como somos com os outros. Por exemplo, a clonagem nunca pode fornecer indivíduos iguais porque o tempo biográfico, registado em acontecimentos da vida mas experimentado pelos próprios indivíduos, é um tempo único.

A pessoa é um tempo memorizado porque a memória funciona como um armazém de experiências passadas que, consciente ou inconscientemente, actuam nas respostas dadas ao presente, assim como no tipo de projecções face ao futuro. A memória, mesmo que seja acessível sobretudo através da narrativa, e mesmo que esteja fragmentada, deturpada ou incompleta, reside em nós. Dota-nos, não apenas de uma personalidade como únicos individualmente, mas também nos fornece um ser colectivo, uma história de grupo, de sociedade, de classe.

Pessoa é tempo programado

Considerando o modelo temporal ocidental como referencial, podemos afirmar que a segunda grande ligação está ainda ao tempo biográfico mas prende-se com a capacidade de programar e de projectar. Esta relaciona-se com a existência de futuro, bem como com a real possibilidade, largamente condicionada pela sociedade, de os indivíduos terem futuro, sonharem como o tempo a frente e preverem projectos de forma antecipada. Philippe Zarifian (2000), referindo-se às características das temporalidades actuais, escreve que « La non -liberté ne réside pas dans la contrainte. Elle réside dans l'impossibilité de donner sens aux devenirs dans lesquelles nous sommes engagés ou plus exactement, que nous sommes nous-mêmes nécessairement ». Assim, se na relação entre indivíduo e sociedade se descobre na realização dos tempos quotidianos, ela destrinça-se muito mais acentuadamente na concretização dos tempos biográficos e na possibilidade de ter ou não futuro. Onde, eliminar a possibilidade de projecto, de linearidade, de futuro, é anular a capacidade de realização pessoal, é revogar a possibilidade de os indivíduos encontrarem uma justificação para a sua existência (Bourdieu, 1998).

Por exemplo, a relação entre as gerações mais jovens e o tempo social é hoje em dia em Portugal um problema porque não é mais uma relação de tipo utópico e idealista. Os jovens sabem e expressam bem esta relação de condicionamento do tempo social e económico sobre a projecção da sua vida privada. E expressam-no quando afirmam que o mais provável na sua vida após obterem uma formação é “trabalhar afastado de casa”, “não ter estabilidade financeira nem emocional”, vivendo de um salário mediano. Para muitos, o desemprego aparece-lhes como “uma luz ao fundo do túnel”, assim como “não ter tempo para nada”³.

Pessoa é tempo para si

A possibilidade de ser pessoa e de assumir a especificidade identitária passa actualmente, não apenas pela obtenção de tempo cuja ocupação depende do conjunto de relações estabelecidas com outros, mas da oportunidade de os indivíduos disporem de tempo para si, não estritamente planeado. Trata-se de um tempo dedicado à contemplação, à catarse do quotidiano e que está na posse do indivíduo. O estudo das possibilidades de gozo de *tempo para si* demonstra haver várias desigualdades por parte dos grupos sociais no que concerne à possibilidade de dispor deste tempo. Essas variáveis dependem, além das condições objectivas de vida (entre as quais está o rendimento), do género e da actividade profissional.

Pessoa é tempo natural

A relação entre pessoa e tempo desemboca ainda na conexão entre tempo natural e tempo social e no modo como o primeiro se desequilibra. O ritmo natural, no qual se inclui o tempo cósmico, está a entrar em ruptura com o tempo social, que se acelera devido aos próprios desequilíbrios na relação Homem-meio, quer devido à própria convulsão social. A possibilidade de ser-se pessoa radica, assim, na capacidade de articulação equilibrada entre mundo social e mundo natural, considerando o último como produtor de temporalidades que interagem com o social (Chesneaux, 1996).

Pessoa é tempo de interacção e tempo de instituição

A nossa existência desenha-se no seio de espaços e de tempos em que interagimos com os outros, através de horários e de determinadas marcações do tempo, como a

³ Estas frases foram escritas pelos jovens no decurso de um exercício realizado numa aula de introdução à sociologia em Setembro deste ano na qual se perguntava aos alunos do primeiro ano qual era a sua perspectiva de vida para dali a cinco anos.

semana, o mês, o ano, entre outras. No entanto, em determinados momentos ou fases da nossa vida, sujeitamo-nos a um controlo apertado do tempo, ou porque o desejamos ocupado com actividades de tipo produtivo, ou porque precisamos de serviços que apenas acontecem em determinados períodos de tempo circunscritos que nos obrigam a regular os nossos ritmos mediante os ritmos impostos por esses outros agentes e instituições.

A sociedade pós-capitalista é uma sociedade que ainda assenta muito sobre a institucionalização temporal, não obstante o facto de se abrir cada vez mais o leque de escolhas no que respeita aos tempos de trabalho. E, à semelhança do que dizia Michel Foucault (1987), utilizando a designação de “arquipélago carceral” para classificar a sociedade normalizada, também podemos afirmar que hoje grande parte do nosso tempo de vida é regulada pelas instituições e pelas suas temporalidades. Embora tal aconteça de forma distinta quando comparamos faixas etárias, grupos profissionais e classes sociais, o peso dos ritmos institucionais sobre a nossa vida pode considerar-se elevado, muito particularmente no que respeita ao trabalho, à saúde e à educação.

A entrada nas instituições de ensino e de saúde implica um pacto de colaboração com ritmos temporais que restringem bastante a liberdade de interacção e obrigam os indivíduos a viverem em espaços-tempo que se encontram isolados. A observação e a intervenção sobre os tempos organizacionais (Zeruvabel, 1981) são, portanto, acções extremamente importantes hoje em dia justamente porque o que se passa no interior das organizações envolve pessoas cuja vida não pode estar circunstanciada a um espaço restrito e rígido no que respeita aos tempos. Digamos que há a necessidade de as próprias instituições, usualmente adaptadas a esquemas temporais rígidos e burocráticos, regulados grandemente pelo tempo ditado pelo calendário, se ajustarem minimamente aos tempos daqueles que a elas recorrem, reduzindo a possibilidade de aniquilamento da própria identidade dos sujeitos nela implicados, tal como acontece frequentemente em situações de internamento (por exemplo, hospitalar ou educativo). Em síntese, pode afirmar-se que as cinco relações das quais acabei de falar ainda que brevemente só podem ser diagnosticadas a partir da operacionalização do conceito de tempo em dimensões. Como se depreende a partir do que foi dito, o tempo implica, pelo menos, três dimensões essenciais: a) a biográfica; b) a quotidiana e c) a histórica.

2. Tempo, sociedade e pessoa: a teorização e o conceito de estilo

Uma posição considerada bastante radical actualmente configurada no seio das teorias designadas “pós modernas” é a de que a identidade não existe enquanto um conjunto fixo de disposições responsável pelas respostas dos indivíduos no mundo concreto. Esta tese sustém a ideia de que a identidade é um todo *fluído* que se “vai fazendo” em articulação com a diversidade e a heterogeneidade propostas e solicitadas pela complexidade do meio, dos contextos, dos ambientes. Para tal, retomam-se extensivamente (e, por vezes, de forma errada) as interpretações de Georg Simmel segundo o qual os seres humanos (nós) não são mais do que fragmentos de si próprios (1910/1911). Esta visão, acentuando a fluidez, tanto na construção, como na manifestação das identidades (do *ser que existe aí*, no sentido de Heidegger, 1989), premeia a variabilidade, a sinuosidade das respostas dos indivíduos (da gestão das fronteiras), ao mesmo tempo que contempla a capacidade de autonomia. No plano teórico, a sustentação desta tese radica na tomada em consideração do terreno movediço das contradições típicas das transformações sociais, da erosão de limites e de padrões de comportamentos que possam ser tomados como adquiridos. Como explícito por Wagner (1991), o tempo histórico constitui-se de uma luta ambivalente, e ainda sem vencedor, entre Liberdade e Disciplina, ou seja, precisamente entre autonomia e constrangimento, ordem e mudança. A tese da fluidez das identidades, que justifica bastante bem o peso de uma certa ideologia da alternância e da variabilidade que vinga no plano político, inclina-se acentuadamente para a primazia da liberdade, da autonomia, da criação e da mudança.

Todavia, devemos considerar, como o faz Munro (2004) a partir da tese da *pontualização*, que não é bem essa fluidez que marca a diversidade e a variabilidade das respostas dos indivíduos, mas a necessidade de estes disporem de respostas *prontas a usar* de forma a responderem às exigências dos diversos subsistemas que solicitam soluções cada vez mais rápidas. Nesta perspectiva, movemo-nos de uma abordagem que fecha a identidade num circuito de escolhas e de opções quase ilimitadas, para uma que a situa no tempo, atribuindo à fluidez o sentido do viver antecipadamente, isto é, dispondo no presente da resposta a uma eventualidade futura. A experiência da vida, enquanto uma sequência infinita de fases (de curta duração, obviamente), mostra bastante bem a amplitude e a capacidade heurística desta visão *pontualizada* da identidade, através da qual se considera que as marcas biográficas resultam, principalmente, das acções de adaptação à situação, ao evento ou à solicitação.

A escola estrutural de Émile Durkheim (1912) e de seus discípulos, entre os quais Henry Hubert e Marcel Mauss (1905), Maurice Halbwachs (1997), Robert Merton, Pitrim

Sorokin (1937) e Wilbert Moore (1963), atribui especial importância ao tempo social. Considerando o tempo como resultado das percepções colectivas, o tempo social é identificado com um conjunto de normas cujas principais funções são assegurar a integração e prevenir ou sancionar os desvios. O calendário, por exemplo, é entendido como uma estrutura abstracta cujo principal propósito, ao ser tomado como uma característica inerente aos próprios quadros de percepção dos indivíduos, é gerar harmonização dos ritmos sociais, assegurando estabilidade da organização e do funcionamento social. Nessa perspectiva, o tempo individual, relativo às escolhas do indivíduo sobre a sua própria vida, só é concebido na dependência do tempo social que Émile Durkheim identifica, no limite, à religião, definindo-o como um compósito de momentos (XVII, 2000/1914) diferentes e produtos do pensamento colectivo (XVI, 2000/1914).

Na mesma linha, Robert Merton e Pitrim Sorokin argumentam que o tempo reflecte a vida social determinando o comportamento dos seus membros (1937:619-20). O tempo social “expressa a mudança e o movimento de fenómenos sociais por referência a outros fenómenos sociais tomados como modelos temporais” (1937:618). No entender recente de Michel Lallement e Gadéa (2001), o quadro estrutural da escola durkheimiana em relação ao tempo não foi explorado nas suas potencialidades, nem pelos próprios autores, nem pelas pesquisas mais recentes. Estas, identificando em demasia a versão durkheimiana com uma análise *abstracta* do tempo (traduzida efectivamente em transcendência), deixam de lado a possibilidade de olhar para os sistemas temporais actuais (societários e organizacionais) destacando, acima de tudo, a sua componente integradora e holista. Onde, não serem analisadas as consequências das sucessivas mutações verificadas nas normas temporais (naturais, de trabalho e não trabalho) sobre os mecanismos de sincronização e de sequência dos colectivos e sobre as vidas dos indivíduos, basicamente porque estão a aumentar a diferenciação temporal a escalas diversas, causando problemas graves de ajuste entre tempos.

Elias (1997), além de negar a existência de um tempo em si objectivo, simultaneamente sujeito (porque envolve a experiência do devir dos indivíduos numa linha uniforme e única) e objecto (porque como tal é passível de estudo mormente através dos instrumentos de medição que lhe estão associados), recusa a assunção Kantiana (e também Cartesiana) de que o tempo, tal como o espaço, seria uma categoria a priori, existente no sujeito anterior a qualquer experiência e, portanto, inata. Elias (1997: 71), ao proceder as estas junções, afirma que o tempo, muito especialmente o do relógio, é uma

das sínteses mais poderosas que os seres humanos alcançaram através da relação de aproximação e de distanciamento com os vários níveis da experiência, o físico, o biológico e o individual.

O tempo sempre foi, pelo menos na história da sociologia e da antropologia, algo considerado como avassalador relativamente à experiência concreta dos indivíduos ao longo da sua história de vida e ao longo da macro-história. Marcel Mauss defende uma ideia seminal relativamente a este carácter englobante do tempo ao afirmar, a propósito do estudo que conduz junto dos esquimós, que o ritmo da vida social exerce violência sobre as mentes e os corpos dos indivíduos (Mauss, 1974/1904-5). Ora, é por esta razão que o tempo é, em simultâneo, o espaço de realização da acção dialéctica entre pessoa-actor e sociedade e um sinalizador do estado desta relação. É assim que foi estudado. Se atendermos a três dimensões básicas do tempo (como prática, como representação e como figuração) e se considerarmos que as formas de realização do tempo no mundo social e económico e político são a periodicidade, o tempo, a sincronização, a duração e a perspectiva temporal, podemos adiantar que este quadro de análise nos facilita um estudo sobre as diversas características das sociedades contemporâneas, inclusive a prevalência da visão etnocêntrica de sociedades sobre outras onde se considera que a noção e a experiência do tempo escasso e disciplinado não vingou.

Como explicita Simoneta Tabonni (2001:20), a perspectiva dominante nos estudos sobre os usos e as representações do tempo é a estrutural, pois a ênfase é colocada sobre o grau de normatividade do tempo social, ou seja, sobre o modo como o tempo social surge oposto ao tempo individual, determinando-o. Esta perspectiva, não necessariamente oriunda apenas de Durkheim mas também de Karl Marx (1971), revelando o excesso de constrangimento da sociedade sobre o indivíduo, reduz este a um agente socialmente determinado que, através da socialização, interioriza as normas sob a forma de *habitus* cuja principal função é garantir uma resposta quase automática dos indivíduos.

As ênfases interpretativa e fenomenológica vêm, por seu turno, mostrar em que condições os indivíduos se tomam como actores e, por isso, produzem por si próprios modos de distanciação e de resistência às normas sociais, sem que incorram na classificação de desviantes ou inadaptados. Tal como refere Lawrence Scaff (2005) Georg Simmel apresenta um quadro interpretativo complexo sobre o tempo, o qual radica no ajustamento entre indivíduo e sociedade. Considerando-os em estreita dependência de um em relação ao outro, Georg Simmel (1987a) conduz-nos a uma teorização sobre o tempo que toma a relação entre *interacção* e *experiência* do ser nos mundos natural e social

como sinónimo de temporalidade, isto é, como um processo contínuo de ajustamento corpóreo, discursivo e perceptivo entre a interacção (criação) face às estruturas sociais e às instituições.

O tempo é, na visão de Georg Simmel, mais do que uma consciência interna. É o próprio fluxo da vida social (Scaff, 2005:15-16). Como é reconhecido por grande parte dos autores que focam a conceptualização de tempo de Georg Simmel, a obra em que melhor se encontra explicada a concepção de tempo, que hoje suporta diversas análises sobre as sociedades contemporâneas, é “A Filosofia do Dinheiro” (1987a). Ali Georg Simmel afirma que o dinheiro é tanto mais eficaz sobre a vida individual, quanto mais o estilo de vida for determinado pela preponderância da cultura objectiva sobre a subjectiva. O autor argumenta que, diferentemente das sociedades agrícolas e recolectoras, nas sociedades modernas a periodicidade natural é artificial. Compõe-se de outros eventos. Nas palavras do autor (1987a:628): “bref, si la civilisation, comme on le dit couramment, triomphe non seulement de l’espace mais aussi du temps, cela signifie que la détermination des séquences temporelles ne constitue plus le schéma obligé de notre agir et de notre jouir mais que ceux-ci ne dépendent plus que du rapport entre notre vouloir et notre pouvoir, aussi que des contions purement objectives dans lesquelles ils s’expriment ».

Desenvolvendo extensivamente a noção de « estilo », Georg Simmel encontra neste conceito a confluência entre o domínio da cultura objectiva sobre a subjectiva e a capacidade de resistência e de inovação do indivíduo face a esse efeito normalizador, uma que se encontra, de resto, em vários outros escritos como “O Estrangeiro” (1983) e a “Metrópole e a Vida Mental” (1987b). A sociedade é traduzida na pressão moderna imposta pela circulação da moeda que acelera os ritmos sociais e distorce a percepção psicológica do tempo. É nos estilos de confronto com cultura objectiva sobre a forma de experiência vivida que o indivíduo desenvolve a distinção e a resistência à força normalizadora da sociedade industrial. O incremento das sociabilidades, o desenvolvimento de atitudes cínicas, *blasés*, avarentas, indiferentes e extravagantes podem ser uma forma de encontrar a expressividade individual dentro da cultura objectiva, não incorrendo em classificação de *desvio* (Scaff, 2005:18; Simmel, 1987:619).

Como referi ligeiramente (§3:9), o olhar mais interessante sobre a relação entre indivíduo e sociedade a partir do tempo é de Norbert Elias que, à semelhança do que faz em relação à teoria social, considera a percepção e a existência do tempo como resultado de sínteses históricas entre natureza e cultura, entre a margem de constrangimento e de determinação da sociedade e a margem de autonomia e de criatividade do indivíduo. Tal

como refere Simoneta Tabonni (2001), Norbert Elias encara o tempo como algo mais do que a expressão do ritmo colectivo das actividades de um grupo. Concebe-o como uma construção social (e simbólica) que varia ao longo do processo de *civilização*. Ademais, Norbert Elias considera que o tempo implica um grau de constrangimento, imposto, aliás, no processo histórico caracterizado pela crescente necessidade de aumentar o controlo e a rigidez das normas.

Numa visão semelhante à desenvolvida por Anthony Giddens (1984) sobre a relação entre agente e estrutura, Norbert Elias (1997) parte também do pressuposto de que, apesar das normas ditadas pela sociedade, os indivíduos têm a capacidade de as escolher ou de as ignorar. Norbert Elias inspira outros autores, entre os quais Niklas Luhmann (1982b), cujo conceito de estrutura, como refere Simoneta Tabonni (2001), reside precisamente na relação entre evento e acção, no fluxo de comunicação, informação e compreensão. Ora, em Norbert Elias, a relação entre indivíduo e sociedade vem articular-se ao conceito de *estilo*. Ao lado dos tempos sociais (institucionais e organizacionais) assim como dos naturais (dia, estações) e bio-psicológicos residem os tempos “mosaicos”, aqueles que os indivíduos são capazes de criar a partir dos primeiros, usando as suas possibilidades de escolha, universos simbólicos e esquemas de valor. Por isso, no quadro de Elias não há formas únicas para caracterizar os estilos de uso do tempo mas configurações, isto é, um esquema de relações entre tempos determinado pelas relações de dependência entre uns e outros. A identidade e a existência de uns, geram-se por relação com as características e a existência de outros.

Organizada mediante diversas dimensões consideradas fundamentais na análise do tempo, a literatura de âmbito sociológico, versando sobre este objecto, incide, principalmente, sobre as vertentes das práticas (usos e utilizações do tempo), das representações sociais (dos conceitos) e das figurações (representações no espaço do desenho). Não se desprezando as primeiras dimensões referidas, até porque se revelam extremamente importantes na compressão e no delineamento da intervenção sobre as “condições objectivas” do mundo, é a dimensão objectiva, real e presente do tempo que interessa à Sociologia. É, assim, como *coisa* que o tempo adquire o estatuto de *objecto-recurso* nas práticas dos actores colectiva e individualmente pensados. E é partir do momento em que se pensa e de concebe como *coisa-mercadoria-bem*, que o tempo se sujeita, necessariamente, a análises críticas tão profundamente desconstrutivas que nele acabam por ver uma ideologia, entendida como acção justificativa de interesses de uns actores sobre outros. Ora, nesta perspectiva, que assume de antemão a existência e a

realidade objectiva do tempo, quer como coisa que se mede (prazos, intervalos, calendários e horários), quer como a própria medida (a idade), o tempo é um ponto centrípeto na análise sociológica dos estados e dos processos sociais, tanto porque materializa a acção sequencial dos actores no fio da história, como porque é sobre a sua manipulação, uso e libertação que assenta a própria justificação e legitimação da Sociologia, mormente na vertente crítica.

Nesta linha, como advoga cuidadosamente David Harvey no livro “A condição pós-moderna” (1991) e como Anthony Giddens (1984) também discorre na sua teoria da estruturação, o objecto “tempo”, sempre intimamente ligado ao processo “identidade”, assume-se como um ponto de convergência no interior dos próprios ramos aparentemente dispersos da teoria social, em geral, e da Sociologia, em especial. As práticas, a acção dos actores na história – assumida, neste caso, como um processo direccionado contínuo permanentemente activado e mudado pela acção dos agentes - formam o primeiro nível de análise do tempo “objecto”. Por isso, apesar da importância de que se revestem estudos mais recentes, versando sobre esta dimensão objectiva do tempo e relativos a problemáticas tão diversas, como da idade e da gerações, do género e das classes, dos modelos e dos estilos de vida, dos traços culturais e da formulação temporal da política e da economia, é absolutamente fundamental retomar, por um lado, o quadro de análise marxista e, por outro, as linhas de orientação weberiana e simmeliana. Em qualquer uma destas *tradições*, e ainda que qualquer uma delas seja, diria necessariamente, sujeita a críticas, o tempo é, de facto, assumido na sua objectividade porque se liga, traduz, enforma, expressa relações históricas e socialmente circunstanciadas, acções de agentes no mundo.

Numa linha marxista, o tempo é o principal motor do desenvolvimento do capital. Marx escreve-o caricaturando: o Homem não é mais do que a carcaça do tempo porque um homem só equivale ao tempo de outro homem (1867)). Com efeito, um olhar atento sobre a literatura actual, versando sobre o tempo conclui, de forma decisiva, que grande parte das hipóteses traçadas a propósito dos usos do tempo nas sociedades modernas ocidentais, em qualquer esfera da nossa vida, radica na concepção material do tempo como espaço de exteriorização da identidade controlado, no entanto, por actores externos, diga-se *dominantes*. Nesta linha também Grossin (1974) classifica claramente o tempo industrial como tempo da modelação da interioridade, da disciplina, da realização de um trabalhador regulado por ritmos cronometrados. O tempo obedece a quadros, ou seja, a

estruturas determinadas pelas organizações de trabalho, pelo Estado e pelo próprio mercado que constroem a acção dos indivíduos no quotidiano.

Durkheim é talvez, como já se referiu, um dos principais autores da sociologia do tempo que menos viu vingar a sua tese sobre o entendimento do tempo como representação colectiva. Como muito mais tarde sustentou Bourdieu (1998), numa fase final da vida, o tempo tem, quer na sua estrutura invisível (sincronia), quer na sua estrutura calendária, qualquer coisa de mágico, de sagrado que quase o identifica com religião, com a própria necessidade de justificação da “existência”. Sendo mais abstracto do que o espaço, o tempo, que se comporta diariamente como algo de objectivo, só pode ser apreendido através dos seus significados. Quiçá a forma mais aberta de analisar os sentidos atribuídos ao tempo seja, precisamente, a da observação do calendário e da maneira como lidamos com este. Estão em causa mais do que os usos do tempo. Estão em causa os sentidos incorporados pelos próprios indivíduos ao longo da sua história biográfica. Por isso, os dias da semana não valem para nós da mesma forma. Diferem em termos de significado e, o facto de nos ser impossível obter deste ou daquele dia o significado que sempre lhe atribuímos, faz com que nós próprios nos encontremos desconstruídos do que somos ou do que nos habituamos a ser.

As normas sociais forçam cada vez mais os indivíduos a dois processos: por um lado, a gerir uma cadeia cada vez maior de acontecimentos, que se sucedem a intervalos de tempo quase nulos. Por outro lado, a desprenderem-se, progressivamente, de marcos identitários que constituíram os grupos e os seus modos de estar. De todo o modo, a mesma sociedade não é ainda capaz de pensar em formas articuladas de gerar novos padrões de entendimento e de regulação do tempo. Por este ângulo de análise são determinados segmentos da população que ficam mais vulneráveis às trocas temporais e à flexibilidade temporal. Estas continuam a ser reguladas por esquemas tomados como garantidos por parte dos modelos dominantes, gerando-se dessincronizações profundas entre as temporalidades individuais e as institucionais e sociais. Quer analisado no plano da prática, quer no da representação, o tempo invoca sempre a relação entre o indivíduo e os outros. George Herbert Mead (1935) argumenta claramente que o tempo é fruto da emergência e da sociabilidade entre vários sistemas, entre os quais o humano – social e o natural. Em termos de experiência, e particularmente em Sociologia, não é possível ver o tempo a não ser na sequência de relações, de actividades e de dependências que constituem as sociedades. Isso significa que o tempo se materializa nessas relações que

são, normalmente, assimétricas e determinadas pela posição relativa que os actores ocupam em sociedade.

Quando Alfred Gell (2000) analisa a construção que Bourdieu (1998) elabora sobre os usos e as representações dos Cabila, fá-lo mostrando como, naquela sociedade, naquela época, o ritmo, despedido do sentido linear e cumulativo típico do modelo de organização industrial, é experimentado à medida de cada um (*self-made temporality*) estando, assim, liberto de constrangimentos externos e, como os designa ainda Abel Janniére (1979) abstractos. Todas as sociedades (con)vivem com utopias e, no que respeita ao tempo, a maior parte delas e cada vez mais, (con)viverão com ucronias, isto é, desejando outro tipo de relação e de orientação no tempo (Nowotny, 1996) que, na actualidade, se caracteriza precisamente, pelo desejo de fuga à rigidez dos quadros temporais. Afirma Pomian (1984:353) que o tempo é uma relação, um tipo específico de *conexões* quantitativas e qualitativas. Que não se deixa nem ver nem observar, como o permitem as estruturas “reais” que o coordenam. Para o autor (Pomian, 1984:353), o tempo não é um fluxo, não passa e não foge porque não se identifica sempre com a mudança. Mas existe no mundo concreto como se fosse um fluxo, como se, de facto, *passasse*. Um dos meus entrevistados⁴ afirma que “o tempo é um dos recursos que não é elástico. Quer dizer, não há pobres nem ricos (...) é extremamente democrático, se há coisa realmente igualitária entre as pessoas é o tempo” (Carlos). Esta frase mostra como os usos do tempo, apesar de estarem dependentes de um certo número de condicionantes de tipo institucional e estrutural, podem ser avaliados como uma questão de ajuste e de gestão individual e pessoal face à necessidade de controlar e de dispor desse recurso. A consideração remete, então, para a articulação entre o indivíduo e a sociedade, isto é, para a possibilidade da autonomia individual nos usos do tempo e a sua correlativa determinação social (e institucional), querendo com isto contradizer-se aquela afirmação porque, afinal, o tempo não é, de todo, uma coisa igualitária.

Com efeito, podemos concluir este ponto afirmando que, tratando-se de uma representação assumida mas não visível, o tempo adquire o estatuto de uma instituição cultural. Além disso, o tempo constitui – se como um princípio organizador e regulador da vida social colectiva sancionado por um sistema de normas.

3. A pesquisa – breve desmontagem do quadro teórico

⁴ Estou a referir-me à pesquisa que conduzi junto dos docentes universitários a relaizar doutoramento e que cito na introdução.

O uso que faço do conceito de “estilo de vida” parte, precisamente, desta ideia de dialéctica entre os condicionamentos estruturais e a margem de estilização possível do indivíduo. Isto quer dizer que o “estilo de vida”, embora resulte de escolhas, emerge no seio de um conjunto de oportunidades (Silva e Monteiro, 2000). Anthony Giddens (1996) considera o estilo de vida como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo desenvolve no sentido de dar uma forma particular à auto-identidade.

A operacionalidade do conceito de “estilo de vida” situa-se, assim, numa tripla dimensão: i) como um eixo de análise das estratégias de articulação entre a temporalidade individual, face às temporalidades institucionais; ii) como um conceito mediador entre os constrangimentos do tempo social, do tempo institucional e do tempo subjectivo e iii) como um meio revelador de “estruturas profundas” alicerçadas num *habitus*. No que se refere aos usos do tempo, o “estilo de vida” implica cinco dimensões que derivam, precisamente, do tratamento teórico de autores como Max Weber (1924/1992,) Georg Simmel (1900/1987) e Anthony Giddens (1984): a regularidade, a orientação temporal, a coordenação, o planeamento e o constrangimento. Caracteriza, sobretudo, a relação do indivíduo com o tempo do (s) outros e a margem de jogo que lhes resta, relativamente ao constrangimento desse (s) outro (s), entre os quais estão os familiares, as instituições e o Estado (Simmel, 1987b:624 e ss; Cavalli, 1992).

Assim, distinguem-se os estilos de vida de tipo “simétrico – rítmico”, cujos usos do tempo obedecem aos princípios da rigidez e da disciplina (auto e hetero desejada)⁵, dos estilos de vida de tipo “individualista – espontâneo”, cujos usos do tempo se regem por flexibilidade, elasticidade e variação. Como tenho vindo a ressaltar, esta classificação, usada por Georg Simmel (1900/1987b:630), releva de um questionamento da sociedade capitalista e industrial, organizada espaço-temporalmente em torno da circulação da moeda e da valorização da Razão. Por isso, mais do que classificações de usos do tempo, no sentido meramente denominativo, estas categorias revelam a situação do indivíduo no mundo e no tempo histórico.

O estudo dos estilos dos usos do tempo, que nos fornecem informação sobre os próprios percursos sociais dos indivíduos, supõe a análise de duas dimensões centrais: a) o grau de standardização, b) o grau de estabilidade e c) o grau de coordenação que

⁵ Afirma Georg Simmel, em relação a este estilo, que : “tous les intérêts sont soigneusement hiérarchisés et tout contenu de l'un autorisé dans la mesure où l'ensemble du système le préfigure; les occupations particulières alternent avec régularité” (Simmel *apud* Cavalli, 1992:200).

se verificam nos usos do tempo. Desse modo, o estilo simétrico-rítmico pressupõe níveis elevados de standardização, de estabilidade e de coordenação ao contrário do que acontece no caso do estilo individualista – espontâneo.

3.1. Classificação de estilo por parte dos docentes em doutoramento

O objectivo deste artigo é principalmente reflexivo: pretende-se contribuir para uma problematização da relação entre pessoa e sociedade, usando o conceito de tempo como mediador dessa relação. O último ponto mostrou-nos que o “estilo” é um ponto de confluência entre pessoa e sociedade, sendo passível de operacionalização, através de várias dimensões. Apenas no sentido de melhor vincar estas últimas ideia, mostrando como essa operacionalização se torna relevante do ponto de vista da apreensão da realidade, vou apresentar a seguir as principais conclusões que derivaram da pesquisa que efectuei junto dos docentes em doutoramento.

Na análise sobre os usos do tempo por parte dos docentes universitários a realizar o doutoramento, verifica-se que os dois estilos referidos (simétrico - rítmico e individualista - espontâneo) se repartem, sobretudo, em termos das condições perante a maternidade/paternidade e do género. No esquema seguinte, podemos visualizar, mais pormenorizadamente, que tipo de associação entre as diferentes variáveis:

Esquema interpretativo da vivência

Simétrico rítmico			
Estabilidade + Horário diurno +	Casados, com filhos Mulheres 30-33 anos	Solteiros Casados sem filhos Homens Alguns Casados com filhos 8com	Estabilidade Regularidade
		apoio familiar)	
Estabilidade – Horário diurno +	Casados com filhos Mulheres 30-36 anos	Solteiros Homens 23-27 anos	Estabilidade – Regularidade Horário nocturno +

Esquema interpretativo da experiência subjectiva

Simétrico rítmico

Desligar+
Culpa-
Ansiedade -

Casados, com filhos

Mulheres
30-33 anos

Solteiros

*Casados sem
filhos*
Homens

Desligar
Equilíbrio

Desligar -
Culpa+
Ansiedade+
Necessidade de auto imposição

Casados com filhos

Mulheres
30-36 anos

Solteiros

Homens
23-27 anos

Desligar -
Equilíbrio



Verificamos que a existência de filhos condiciona bastante o tempo dos docentes em doutoramento porque o seu tempo, ainda que flexível em termos de trabalho, fica submetido ao ritmo das suas crianças que, por seu turno, é determinado pelas instituições educativas onde estas se encontram. Gerindo-se, basicamente, por horários diurnos e sujeitos a uma elevada rigidez, os simétrico-rítmicos têm, frequentemente, sentimentos de culpa e de ansiedade por não ocuparem um determinado número de horas com trabalho. As mulheres desenvolvem, tendencialmente, estilos de tipo simétrico-rítmico, enquanto os homens registam, mais frequentemente, estilos de tipo individualista – espontâneo em que se nota, mais particularmente, a possibilidade de “separar” os tempos pessoais e familiares dos tempos de trabalho, assim como de gerir, de forma mais autónoma, o seu tempo.

O estilo de uso do tempo é, como vimos no ponto anterior, o resultado de um ajuste entre as aspirações dos indivíduos e as possibilidades abertas pelas normas temporais organizacionais. No plano da docência e da investigação, abre-se uma porta de análise sobre o crescente controlo do tempo de pesquisa por parte dos funcionários não docentes sobre os docentes. Estes falam, de modo especial, da falta de tempo para a investigação e do crescendo do número das tarefas administrativas e de controlo do tempo que obrigam ao desvio da investigação. Com efeito, os usos do tempo estão, no plano quotidiano, amplamente condicionados pelas normas temporais institucionais e pelos processos de reformulação identitária que estas implicam.

3.2. Distinções identitárias

As configurações temporais às quais é possível resumir as diversas narrativas que recolhi através de entrevista passam, assim, pela atribuição de um lugar preponderante às acções dos actores-docentes e à margem de manobra destes face aos constrangimentos

estruturais. Estes, para além de estarem implicados em normas de comportamento, pertencem a um plano mais abstracto do “tempo social”, isto é, uma estrutura objectiva que funciona como um código regulador da comunicação, e também das acções, operando nas “estruturas” temporais (exemplo dos calendários e dos planos). No plano dos usos do tempo dos docentes em doutoramento, e em termos institucionais, estamos num contexto de intensa aposta na introdução e na rentabilização das tecnologias de comunicação e de informação. Verificam-se nas universidades portuguesas alterações significativas, tanto nos processos de trabalho, condizentes com as atribuições daqueles vários tipos de actores, como na estrutura de organização e de avaliação das respectivas “carreiras”. Tratando-se de processos observáveis do ponto de vista objectivo, podem ser entendidos como necessários e/ou neutrais, mas é um facto que estas transformações, que modificam as realidades quotidianas das experiências dos diversos actores, acabam por actuar na produção de outras identidades “profissionais” que integram, por sua vez, relações de semelhança-oposição no sistema de estratificação social. Estas, por seu turno, medeiam e moldam os ditos relacionamentos dos actores entre si, daí afectando os próprios processos de trabalho.

Tão breve divagação sobre a construção das identidades no contexto de trabalho servirá para nos mostrar que o estudo dos tempos académicos nos remete para realidades bastante complexas, desde logo porque obriga, por um lado, a reflectir sobre os usos e as utilizações de um recurso nobre mas escasso (o tempo), num espaço onde tradicionalmente este mesmo não era tido como mediador central do trabalho organizacional. Por outro, porque obriga ao delineamento das relações de aproximação/afastamento e de identificação/ rejeição, que emergem das redes de classificação /auto-avaliação evidenciadas, tanto pelos sistemas de representação, como pelas práticas a estes ligados em que o tempo (o seu controlo e a sua retribuição) aparece como fulcral ponto de irrupção. Duas ideias decorrem da observação supra. A primeira plasma-se na constatação de que a fronteira que delimita(va) as tais esferas de representação e de identidade entre funcionários não docentes e os docentes funcionários é cada vez mais ténue. Este esbatimento de fronteira, elevando os segundos e fazendo descer os primeiros na escala das valorizações sociais, é especialmente observado através de indicadores como a relativa aproximação em termos de vencimentos, de salários, de regalias e de participação nas tomadas de decisão organizacionais, envolvendo mais directamente o trabalho dos não docentes sobre o planeamento do trabalho docente.

Se, por um lado, os docentes (a todos os níveis da hierarquia) se vêm como portadores de uma função nobre de ensino, de pesquisa e de procura de originalidade, mediada pela necessidade imperiosa de autonomia e de reconhecimento, por outro, os não docentes revêem-se, cada vez mais, como eixos motores do desenvolvimento das universidades e do aceleração da uma capacidade de resposta, face às infindáveis pressões do meio social, do político e do económico.

Sociologicamente, tendo em conta o que dissemos sobre construção, definição e reconhecimento de identidades, não se pode assumir que se trata de uma realidade nova. O pessoal não docente, em geral, além de não estar directamente implicado em funções reconhecidas socialmente como actividades nobres (de ensino e pesquisa em instituições selectivas no acesso), eram portadores de níveis de formação inferiores à dos docentes, tendo um papel vital na construção das imagens e das representações internas à universidade, nomeadamente na definição das margens de poder carismático e tradicional de certos professores, mas ficando arredados da tomada de decisões.

Algum engrossamento dos níveis intermédios do corpo administrativo, assim como a perda de valor (vulgarização) do grau de licenciatura, traz cada vez mais para dentro das universidades licenciados e graduados (com mestrado e doutoramento) que, adstritos a funções consideradas de tipo administrativo e rotineiro, acabam por ser elos de ligação fundamental para a tomada de decisões, podendo, usar o seu próprio poder de *expertise* para contribuir, justamente, para controlo do grupo que no plano das representações, historicamente, se lhe opõe como *privilegiado*, não só no que se refere ao valor social que edifica o seu auto-conceito, mas também no nível de vencimento e da autonomia na gestão do tempo. Como disse, os principais pontos de embate das representações verificam-se entre os níveis mais baixos da carreira académica e os mais altos da administrativa porque é aqui que a formação, as competências e os saberes concorrem. Ponto de tensão nos contextos de trabalho quotidiano, estas relações são, assumidamente, de competição pela manutenção /ganho de poder, justamente na administração e no controlo do tempo. O controlo do tempo, plasmado em autonomia na organização do trabalho, na afectação de tempo e de espaços, é um traço importantíssimo na definição das identidades profissionais que, como se sabe, são construídas por relações de oposição e de semelhança, face a todas as outras categorias e grupos profissionais.

Conclusão: As políticas sobre o tempo

O tempo é um eixo de realização e de materialização da história, da acção do Homem sobre a natureza mas também é uma linha de estruturação da ligação entre agência e estrutura. De qualquer modo, em sociologia ele é tratado também como realização ideológica de governos e actores dominantes. Ora, a ideia principal desta exposição consistiu em mostrar que o tempo, sendo objecto de estudo em diversas perspectivas, permite-nos avaliar a relação entre sociedade e individuo, colocando em debate os processos de afirmação identitária que estão no centro da construção da pessoa. Nessa medida, buscamos entender que o tempo, enquanto sequência ordenada de acções hierarquizadas, pertence a uma ordem individual e pessoal porque se refere ao tempo e ao ciclo de vida e porque diz respeito a um conjunto de temporalidades cuja administração está na esfera individual. Neste campo, avança-se, hoje em dia, para uma problematização que toma o caminho da individualização, considerando-se que o indivíduo dispõe de um manancial de informação tal sobre as normas do tempo sociais e sobre os seus próprios desejos que lhe permite ser capaz de decidir sobre as escolhas mais ajustadas à situação.

Apesar de esta problematização dar ênfase clara à autonomia individual, podemos vê-la como uma alternativa à impossibilidade de o próprio tempo social (conjunto de ritmos e de normalizações) integrar a diversidade individual e fornecer alguma estabilidade aos próprios indivíduos, quer do ponto de vista ontológico quer do ponto de vista estritamente material. Sendo assim, podemos analisar as variações nos tempos biográficos a partir do constrangimento que, não sendo abertamente sentido, é percebido pelos indivíduos e tido em conta na montagem das suas trajectórias que se repercutem depois no tempo social. Por esta razão, as políticas sobre o tempo serão políticas que interferem nos *timings* e nos intervalos da vida dos indivíduos mas, na maior parte das vezes, a política sobre os tempos é vista como algo imposto a partir das instâncias governamentais que dirigem a atenção para os tempos produtivos na óptica da sua rentabilização. Uma política sobre os tempos implica diagnósticos aprofundados sobre as normas culturais e as sociais que se impõe aos indivíduos na sua vida privada. Por isso, implica também o diagnóstico sobre as representações e os sentidos atribuídos ao tempo pelos próprios indivíduos nas suas redes de relações, contemplando expectativas e grau de projecção no futuro em relação às diferentes esferas da vida.

REFERÊNCIAS

- ADAM, B. (1988) "Social *versus* natural time, a traditional distinction re-examined, in M. S. Young (ed.), *Rhythms of society*. Routledge: 198-226.
- BOURDIEU, P. (1963a) "The Attitude of the Algerian Peasant toward Time", in J. Pitt-Rivers (ed.) *Mediterranean Countryman*. The Hague. Mouton: 55-72.
- BOURDIEU, P. (1963b) "Time Perspectives of the Kabyle", in J. Hassard (ed.) *The Sociology Study of Time*. The Macmillan Press: 219-237.
- BOURDIEU, P. (1998) *Meditações pascalianas*. Lisboa : Oeiras
- CABRAL, J.P. (2003) "Identidades inseridas: algumas divagações sobre identidade, emoção e ética". *Working papers*, nº2: Instituto de Ciências sociais, disponível em <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2003/WP2-2003.pdf> [2004, Setembro, 12)
- CARAPINHEIRO, G. (1993) *Saberes e poderes no hospital : uma sociologia dos serviços hospitalares*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento.
- CAVALLI, A. (1992) "La conception du temps chez Simmel ", in O. Rammstedt (ed.). *G. Simmel et les sciences humaines / Actes du colloque*. Paris: Méridiens Klincksieck: 189-200.
- CHESNEAUX, J. (1996) *Habiter le temps*. Paris: Bayard.
- DUBAR, C. (2004) "Régimes de temporalités et mutation des temps sociaux ", *Temporalités 1 : 108-119*.
- DURKHEIM, E. (1994/1912) *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: Quadrige, Presses Universitaires de France
- ELIAS, N. (1991) *La société des individus*. Paris : Fayard.
- ELIAS, N. (1997) *Du temps*. Lisboa: Difel
- FOUCAULT, M. (1996/1987) *Vigiar e Punir*. 13ª Ed. Petrópolis: Vozes
- GELL, A. (2000) "Time and Anthropology". In P. Baert (ed.) *Time in contemporary intellectual thought*. Amsterdam, Elsevier: 251 - 268.
- GIDDENS, A. (1984) *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press
- GIDDENS, A. (1991) *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta.
- GROSSIN, W. (1974) *Les temps quotidiens*. Paris : Mouton.
- HALLBWACHS, M. (1997/1959) *La mémoire collective*. Paris: Albin Michell.
- HUBERT, H. e MAUSS, M. (1905) " Étude sommaire de la représentation du temps dans la religion et la magie ", in H. Hubert e M. Mauss, *Mélanges d'histoire des religions*. Paris: Librairie Félix Alcan: 189-229
- HUSSERL, E. (1986) *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70
- JANNIÉRE A. (1979) "Las estructuras patogénicas del tiempo en las sociedades modernas", Vários, *El tiempo e las filosofías*. Salamanca: Ed. Singueme: 126 - 145.
- LALLEMENT, M. GADÈA, C. (2004) « Une revolution inachevée – Durkheimianisme et sociologie du temps », *Temporalistes 1 : 48-68*
- LUHMANN, N. (1982b) "World – time and system history – Interrelations between temporal horizons and social structures", in *The differentiation of society*: Columbia University Press: 289-408
- MARX, K. (1971/1867) *O capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção capitalista*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira.

- MAUSS, M. (1974/1904) “Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimó”, in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo : Editora Pedagógica e Universitária: 243-322
- MEAD, G. H. (1934) *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- MEAD, G. H. (1959/1932) *The Philosophy of the Present* (1932). La Salle: Open Court.
- MERTON, R. e SOROKIN, P. (1937) “Social-time: a methodological and functional analysis”, *American Journal of sociology* vol. 42: 615 – 29.
- MOORE, W.E. (1963) *Man, Time & Society*. New York: Wiley.
- MUNRO, R. (2004) “Punctualizing Identity: Time and the Demanding Relation”, *Sociology*, 38: 293 - 311.
- NOWOTNY, H. (1996) *Time the modern and post-modern experience*. Cambridge: Polity Press.
- POMIAN, K. (1990/1984) *L'ordre du temps*. Paris : Gallimard
- POMIAN, K. (1993) “Tempo/temporalidade”, in G. Fernandes (ed.) *Enciclopédia Einaudi*. Vol.29. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIESMAN, D.(1954) *A multidão solitária*- um estudo da mudança do carácter americano. São Paulo: Perspectiva
- SCAFF, L. A. (2005) “The mind of the modernist – Simmel on time”, *Time & Society*, 14(1):5-23
- SEGRE, S. (2000) “A Weberian Theory of time”, *Time & Society*, 9(2/3): 147-170
- SILVA, M. C. e MONTEIRO, J. M. (2000) “Estilos de Vida numa concepção multidimensional de classe: o caso dos estudantes do politécnico de Viana do Castelo”, *Revista Sociedade e Cultura*, 13 (2): 7-113.
- SIMMEL, G (1910-11) “How is society possible?”, *American Journal of Sociology*, 16
- SIMMEL, G. (1983) “O estrangeiro” in Evaristo Morais Filho, *Simmel-Sociologia*, São Paulo: Ática. 182-188
- SIMMEL, G. (1987a) *Philosophie de l'argent*. Paris : Presses Universitaires de France.
- SIMMEL, G. (1991) "The Problem of Style", *Theory, Culture & Society* 8: 63-71.
- SIMMEL, G. (1987b) “Metrópole e a vida mental”, in O. Velho (ed.) *O fenómeno urbano*, 4ª Ed . Rio de Janeiro: Guanabara.
- TABONNI, S. (2001) “The idea of social time in Norbert Elias”, *Time & Society*, 10(1):5-27
- WAGNER, P. (1994) *A sociology of modernity : liberty and discipline*. London: Routledge
- WEBER, M. (1948/1997). “The meaning of discipline” in G. a. C. W. Mills *From Max Weber: essays in sociology*. H. London, Routledge: 253-265
- ZARIFIAN, F. (2000) *Temps et Modernité*. Paris:Harmattan.
- ZERUBAVEL, E. (1981) *Hidden Rhythms: Schedules and Calendars in Social Life*. University of Chicago: Chicago Press.

